



**3ª COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,  
URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA E OBRAS MUNICIPAIS**

**RELATÓRIO SOBRE A PETIÇÃO Nº 19/2018  
“PELA INSTALAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA  
NOS TERRENOS CAMARÁRIOS DA ANTIGA FEIRA POPULAR”**

**I. NOTA INTRODUTÓRIA**

Deu entrada na Assembleia Municipal de Lisboa, em 24 de Agosto de 2018, uma petição identificada com o título “Pela instalação do Arquivo Municipal de Lisboa nos terrenos camarários da antiga Feira Popular”, registada como a petição nº 19/2018, subscrita por 725 cidadãos.

De acordo com o Artigo 85º do Regimento da AML, “o direito de petição à Assembleia Municipal de Lisboa é garantido aos cidadãos, sobre matérias do âmbito do Município e, em particular, às organizações de moradores relativamente a assuntos administrativos do seu interesse”.

As petições são apreciadas pelas Comissões, em função das matérias, devendo estas ouvir os peticionários e elaborar, no prazo de trinta dias ou noutro que lhes seja fixado, um relatório que de seguida será agendado e apreciado em plenário. Com base nesse documento, será sempre prestada uma resposta aos peticionários, podendo o plenário aprovar recomendações ao executivo camarário.



Neste sentido, a Sra. Presidente da AML incumbiu a 3ª Comissão Permanente de, em consonância com o pedido dos requerentes, tomar as iniciativas consideradas indispensáveis.

Assim, a 3ª Comissão procedeu à audição da representante dos subscritores da referida petição no dia 8 de Outubro de 2018.

Após esta diligência, encontra-se a 3ª Comissão Permanente em condições de emitir um relatório sobre a petição nº 19/2018.

## **II. CONSIDERANDOS DA PETIÇÃO**

O texto da petição começa por referir a importância do Arquivo Municipal de Lisboa, que detém um rico acervo documental desde o século XIII até à actualidade, encontrando-se, porém, dividido entre Campolide, Arco do Cego, Largo do Calvário e Rua da Palma.

A petição refere igualmente que os sucessivos executivos camarários têm vindo a planear a instalação deste Arquivo num edifício construído de raiz para o efeito, indo ao encontro do desejo de muitos munícipes.

Os peticionários propõem, uma vez que está a ser elaborada a Operação Integrada de Entrecampos num terreno com cerca de 25 hectares, que o Arquivo Municipal de Lisboa possa ser centralizado nos terrenos da antiga Feira Popular e instalado num edifício construído de raiz para acolher o seu acervo.

Desta forma, o objetivo da petição nº 19/2018 é propor que o Arquivo Municipal de Lisboa seja instalado num espaço que lhe confira segurança e dignificação, além de potenciar e consolidar uma nova centralidade turístico-cultural, entre o



Saldanha e o Lumiar, o que, na opinião dos petiçãoários, seria uma mais-valia para a cidade e o país.

### **III. ENQUADRAMENTO**

O Arquivo Municipal de Lisboa, pertence à Divisão de Arquivo Municipal, que está integrada no Departamento de Património Cultural da Direcção Municipal de Cultura, cujas competências foram publicadas em Diário da República, 2ª série - Nº 98 - 21 de Maio de 2015 (art.º 57º e 58º), e tem como missão recolher, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à memória da cidade; promover a gestão integrada dos documentos produzidos pela autarquia desenvolvendo produtos e serviços de informação com o objectivo de satisfazer as necessidades das partes interessadas.

A constituição de um arquivo em Lisboa terá acontecido no início do século XIV, com a criação do cargo de Escrivão do Concelho, devido à necessidade sentida pelo município em guardar devidamente os documentos mais relevantes sobre a cidade e os seus habitantes.

No início, a documentação era reduzida e estava guardada numa arca, designada arca das escrituras, que tinha três chaves que estavam na posse de um Vereador, do Escrivão do Concelho e de um dos Juizes do Cível.

Em 1433, estabeleceu-se o cuidado a ter com a guarda da documentação e o uso correcto da arca das escrituras, passando os documentos a ser trasladados para um livro preso a uma corrente, mas que estava à disposição dos cidadãos que necessitassem de os consultar, preservando-se os documentos originais.



No século XVI, a documentação estava guardada numa arca de duas fechaduras: uma das chaves encontrava-se na posse do Guarda e a outra na do Escrivão da Câmara.

Nessa época, a documentação passou a ser dividida segundo critérios de organização temática e de acordo com a procedência, tendo, depois sido instituída a cópia sistemática de toda a documentação.

Após o Arquivo Municipal ter tido várias localizações, em 1774, foi instalado no edifício dos Paços do Concelho onde permaneceria até ao século XX, apenas com uma mudança temporária, junto com a Câmara, nos finais do século XVIII, para a Casa da Índia e para o Palácio da Inquisição.

No início do século XX, houve uma divisão física do Arquivo em diferentes espaços da cidade devido ao aumento do volume da documentação, assim como à exiguidade da sala nos Paços do Concelho.

Assim, actualmente, o Arquivo Municipal de Lisboa é um dos maiores do país e possui um acervo documental desde o século XIII, encontrando-se, após várias transferências ao longo dos anos, fisicamente dividido entre várias zonas da cidade.

#### **IV. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS**

A 3ª Comissão procedeu à audição dos peticionários, que teve lugar no dia 8 de Outubro de 2018, tendo, para o efeito, ouvido a representante dos peticionários, primeira subscritora da petição.



A peticionária começou por indicar que falava na condição de primeira peticionária, mas também como utilizadora dos arquivos municipais, tendo, de seguida, apresentado o objectivo da petição “Pela instalação do Arquivo Municipal de Lisboa nos terrenos camarários da antiga Feira Popular”.

Referiu a peticionária que o Sr. Presidente da CML terá insistido, aquando da apresentação da Operação Integrada de Entrecampos, na necessidade de criar novas centralidades.

Segundo os peticionários, a instalação do Arquivo Municipal na zona de Entrecampos, junto ao Edifício da CML no Campo Grande, seria uma forma de lhe conferir segurança e dignificação e poderia potenciar e consolidar uma nova centralidade turístico-cultural, entre o Saldanha e o Lumiar, que se poderia chamar Rota do Conhecimento e da Memória.

Posteriormente, e reforçando a possibilidade de se constituir essa rota, foi referida a existência de vários equipamentos no eixo do Saldanha ao Lumiar, como arquivos, bibliotecas, universidades, museus e jardins, dando os seguintes exemplos: Biblioteca Municipal Palácio Galveias, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bibliotecas das faculdades, Museu de Lisboa Palácio Pimenta, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Museu Nacional do Traje, Museu Nacional do Teatro e da Dança, Jardim Mário Soares, Parque do Monteiro Mor e Parque Quinta das Conchas e dos Lilases.

A peticionária argumentou que a localização proposta para a instalação do Arquivo Municipal responderia à questão enunciada pelo Sr. Presidente da CML acerca da criação de novas centralidades na cidade. Além disso, referiu que o Arquivo Municipal, juntamente com o Arquivo da Torre do Tombo, é um dos principais arquivos nacionais, pelo que os peticionários consideram que albergar o arquivo num edifício emblemático é uma prioridade nacional.



Foi ainda referido um email remetido pelos peticionários ao Sr. Presidente da Câmara, no dia 17 de Setembro, evidenciando as vicissitudes por que tem passado o Arquivo Municipal de Lisboa ao longo dos anos, com várias transferências de edifício para edifício, de forma provisória.

Em 1962, no seguimento de uma comunicação sobre a instalação do arquivo, foi realizado um anteprojecto do Arquitecto Pardal Monteiro para a construção de um edifício no Campo Grande, sem que tenha sido concretizado, continuando o Arquivo Municipal instalado provisoriamente em diversos edifícios sem dignidade nem condições, “pondo em perigo o valioso acervo documental, único, que espelha a orgânica da CML, sendo a principal fonte e memória da História da Cidade”, citando a página oficial da Câmara (<http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1087>).

Seguidamente, a representante dos peticionários referiu que é utilizadora do Arquivo Municipal há mais de trinta anos, sendo que nem na sala dos Paços do Concelho, nem nos edifícios do Alto da Eira e do Arco Cego, estavam reunidas as adequadas condições para os utilizadores ou para os trabalhadores.

Fez ainda menção a dois estudos solicitados pela CML, em 2009 e 2017, intitulados “Estratégias para a Cultura na Cidade de Lisboa”, evidenciando, na parte das bibliotecas e arquivos, a degradação de equipamentos, problemas de segurança e manutenção e dispersão de espólios por estruturas precárias e sem condições de conservação adequada, parecendo ser consensual a necessidade de reunir todos os arquivos municipais no mesmo edifício, como forma de concentrar o espólio, assim como os recursos humanos e os equipamentos, aumentando a eficácia e a capacidade de resposta.

Por fim, concluiu que têm sido décadas de inacção no que diz respeito ao Arquivo Municipal de Lisboa.



Na sequência das intervenções dos membros da Comissão, que genericamente foram no sentido de realçar a importância da preservação do acervo do Arquivo Municipal, a peticionária acrescentou que não se trata de um arquivo morto, mas de um arquivo que é feito todos os dias, e que a petição foi promovida durante o período de discussão da Operação Integrada de Entrecampos, vendo neste projecto uma oportunidade para resolver o problema do Arquivo Municipal de Lisboa, fazendo todo o sentido a sua instalação nesse local.

## **V. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DA RELATORA**

### **1. Opinião do PAN**

«A dispersão por toda a cidade de instalações de arquivo do município, sem condições para utentes e coleções, carece desde há muito de novas instalações que preservem o nosso património e permita que a sua consulta seja feita em condições de conforto, qualidade técnica, e fácil acessibilidade. Tudo isto, aconselha a concentração num polo único para todo acervo municipal que possa ombrear com os restantes equipamentos culturais como sejam Biblioteca Municipal Palácio Galveias, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bibliotecas das faculdades, Museu de Lisboa Palácio Pimenta, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Museu Nacional do Traje, Museu Nacional do Teatro e da Dança, Jardim Mário Soares, Parque do Monteiro Mor e Parque Quinta das Conchas e dos Lilases. Estes equipamentos definem só por si uma nova centralidade turístico-cultural, um eixo Saldanha-Lumiar. Parece-nos assim incongruente que o Arquivo Municipal com todo o património de que dispõe, seja afastado deste Eixo e isolado num qualquer outro ponto da cidade.

Assim, a recomendação lógica, e embora nos pareça que seria possível incorporar após uma remodelação do projeto o novo edifício do Novo Arquivo,



nos terrenos de Entrecampos, que seja feito um estudo aturado do eixo Saldanha – Lumiar, que permita de alguma forma o solicitado pelos peticionários, a bem da cidade e das/os Lisboetas.»

## **2. Opinião do PEV**

«Os Verdes consideram que o Arquivo Municipal de Lisboa não pode continuar disperso por vários edifícios em diferentes zonas da cidade, sem condições e sem dignidade, sob pena de representar claros prejuízos para os seus trabalhadores e utilizadores, assim como para o valioso acervo.

Assim, é urgente encontrar uma solução que permita concentrar o Arquivo Municipal num único edifício, garantindo a acessibilidade e as condições adequadas, pondo fim à indefinição que tem vindo a caracterizar o destino do arquivo, como, aliás, tem vindo a ser recomendado nos estudos solicitados pela Câmara Municipal de Lisboa.

Face à presente petição, Os Verdes são da opinião que é possível e desejável equacionar a sua instalação no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos ou, sendo essa possibilidade excluída, deverá a autarquia ponderar estudar a sua instalação no eixo entre o Saldanha e o Lumiar, em complemento à possibilidade de se criar uma rota do conhecimento e da memória neste eixo.»

## **VI. ANEXOS**

A deputada relatora considerou necessária a junção dos seguintes anexos ao presente relatório:

Anexo 1 - Ofício da CML relativo à Unidade de Execução de Entrecampos – Participação no âmbito da Discussão Pública

Anexo 2 - Email remetido pelos peticionários ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa





Anexo 3 - Requerimento do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes sobre o Arquivo Municipal de Lisboa, de 22 de Dezembro de 2017

Anexo 4 - Resposta da CML, datada de 31 de Janeiro de 2018, ao requerimento do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes sobre o Arquivo Municipal de Lisboa.

## **VII. CONCLUSÕES**

Da análise da petição nº 19/2018 e, no seguimento da audição da representante dos peticionários, pode concluir-se que:

- O exercício de uma cidadania activa, nomeadamente o direito de petição, é uma saudável expressão de vida da cidade, que deve ser incentivada e tomada em elevada consideração na implementação de medidas concretas.
- É reconhecida a importância de ser encontrada uma solução digna e adequada para a instalação do Arquivo Municipal de Lisboa, através de uma visão integrada para a totalidade dos serviços que constituem este arquivo, algo que tem vindo a ser adiado ao longo dos anos.

Face ao exposto, conclui-se que a petição e o respectivo relatório estão em condições de serem apreciados em plenário da Assembleia Municipal, assim como as recomendações estão em condições de aí serem votadas.

## **VIII. RECOMENDAÇÕES**

Considerando o anteriormente exposto, a 3ª Comissão Permanente propõe à Assembleia Municipal de Lisboa que, perante os argumentos contidos na



petição nº 19/2018, seja deliberado recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Procure uma solução digna, adequada e integrada para o Arquivo Municipal de Lisboa, num edifício que concentre a totalidade dos serviços que o constituem, seguindo as opiniões/recomendações dos técnicos habilitados para o efeito.

2 - Para tal, equacione a possibilidade de integrar o Arquivo Municipal de Lisboa no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos ou, não sendo uma opção, apresente as justificações para tal decisão.

3 - Envolve os peticionários no estudo da solução a implementar, acolhendo, sempre que possível, os seus contributos.

4 - Estude a possibilidade de implementação de uma Rota do Conhecimento e da Memória, entre o Saldanha e o Lumiar.

5 - Informe a Assembleia Municipal de Lisboa, num prazo de seis meses, sobre a evolução dos trabalhos entretanto desenvolvidos e o respectivo ponto de situação.

6 - Este assunto seja acompanhado pelas 3ª e 7ª Comissões Permanentes, no que diz respeito aos assuntos de âmbito urbanístico e cultural, respectivamente.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes, excepto as recomendações constantes nos pontos 2 e 4, que tiveram a seguinte votação:



Ponto 2 - Aprovado por maioria, com votos contra de um deputado que exerce o seu mandato como independente e de um deputado do PS, e abstenção do CDS, MPT e PAN

Ponto 4 - Aprovado por maioria, com a abstenção de um deputado que exerce o seu mandato como independente.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 22 de Novembro de 2018.

O Presidente da Comissão

A deputada relatora

---

(Miguel Gama)

---

(Cláudia Madeira)